



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
3ª Procuradoria de Justiça

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR-RELATOR.
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES.

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 201900840277

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

APELADO: MARILIA COSTA BARRETO

RELATOR: DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA

ESCRIVANIA DA 2ª CÂMARA CÍVEL DO TJSE

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT. 1. ILEGITIMIDADE DE PARTE. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA JUDICIAL DECLARATÓRIA DA INCAPACIDADE DA REQUERENTE. 2. QUANTO À ALEGAÇÃO DE QUE O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DEVE RESGUARDAR DIREITO DE POSSÍVEIS HERDEIROS, TRATA-SE DE ARGUMENTO IRRELEVANTE PARA FINS DE PAGAMENTO DO SEGURO, SENDO TÃO SOMENTE INDISPENSÁVEL A PROVA DA CONDIÇÃO DE HERDEIRO 3. PELO DESPROVIMENTO.

Trata-se de apelação cível interposta pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** que visa a reforma de sentença prolatada em 31/08/2019, da lavra do Juízo de Direito de Moita Bonita, que julgou procedente Ação de Cobrança nº 201982100063, ajuizada por **MARILIA COSTA BARRETO**.

A autora juizou esta Ação, visando o recebimento de seguro DPVAT a ser pago em razão do falecimento do seu genitor, **Eraldo Barreto**, vítima de acidente automobilístico ocorrido em 26/10/2016, no Município de Moita Bonita.

Afirmou que o seu irmão já recebera 50% (cinquenta por cento) do seguro pelas vias administrativas, todavia, a seguradora teria se negado a pagar a sua parte, sob a alegação de que a autora teria que apresentar termo de curatela.

Narrou que, embora portadora de deficiência “*não se sente impossibilitada de resolver assuntos ao seu respeito. Tanto é, que (...) não tem curador, ou*



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3ª Procuradoria de Justiça

qualquer outra pessoa que a represente. Pois, apesar das dificuldades, sua cabeça funciona perfeitamente”

Requeru “*a procedência do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento imediato das quantias devidas, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) referente a 50% que a requerente faz jus*”

A causa foi julgada procedente, em 31/08/2019:

“III DISPOSITIVO Ante o expendido, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido feito na inicial, condenando o requerido ao pagamento da indenização devida à autora, no montante de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), devidamente corrigidos e atualizados até a presente sentença. Outrossim, condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais que arbitro em 20% do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquite-se”

A ré interpôs Embargos de Declaração, providos em 17/09/19:

“Ante o expendido, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido feito na inicial, condenando o requerido ao pagamento da indenização devida à autora, no montante de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), devidamente corrigidos pelo INPC a partir da data do sinistro, nos termos da Súmula 43 do STJ, e atualizados por juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação por ser esta a data em que a requerida fora constituída em mora até a presente sentença.”

Irresignada, a Requerida interpôs Recurso de Apelação.

Em seu arrazoado (07/10/2019), argui a ilegitimidade ativa, sob a alegação de que a autora “*foi interdita provisoriamente em 2015 (...), antes mesmo do acidente que levou a morte de seu genitor e (...) nomeada a genitora como curadora provisória*”. Quanto ao mérito, argumenta que o pagamento da indenização deveria resguardar direito de possíveis herdeiros.

Contrarrazões foram ofertadas em 11.11.2019.

SENHOR DESEMBARGADOR-RELATOR.
SENHORES DESEMBARGADORES.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3ª Procuradoria de Justiça

1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, dentre os quais se destacam o cabimento, a adequação, a tempestividade e o preparo, o Apelo deve ser conhecido.

Quanto ao mérito recursal, a sentença merece ser mantida.

Conforme relatado, a Apelante não se insurge quanto ao direito dos herdeiros do Sr. **Eraldo Barreto** de receberem indenização a título de DPVAT, em razão do seu falecimento, em acidente automobilístico ocorrido em 26/10/2016.

Destaca-se, nesse ponto, o fato de o Recorrente não ter impugnado a alegação de que metade da indenização - R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) - já foi paga ao irmão da requerente, o Sr. Eraldo Barreto Junior.

A Recorrente defende, apenas, que a Apelada não é parte ilegítima para figurar no polo ativo da demanda, por ser incapaz de praticar os atos da vida civil, devendo ser representada pela sua coradora provisória, conforme decidido no processo nº 201582100476.

De fato, a genitora da Recorrida foi nomeada curadora provisória da Recorrida em 11/11/2015, no bojo dessa Ação de Interdição.

A requerente foi submetida a perícia judicial, em 21/09/2016, tendo o *expert* concluído “*Portadora de transtorno psiquiátrico, incapaz de reger-se atualmente. Solicito reavaliação anual. Paraplégica + CID -10=F 41.2 (Transtorno de ansiedade)*”

O perito esclareceu que a autora deveria ser reavaliada anualmente e que a incapacidade era “atual” e não permanente, sem haver descrição de quais seriam os atos da vida civil em relação aos quais a Apelada estaria impossibilitada de praticar.

Em 08/09/2017, o processo foi extinto, sem resolução de mérito, por abandono não havendo, por consequência, sentença declaratória incapacidade da requerente.

É sabido que, com a vigência da Lei 13.146/2015, que alterou dispositivos do Código Civil, a incapacidade absoluta está restrita aos menores de 16 (dezesesseis) anos e, no tocante à incapacidade relativa, torna-se indispensável que sejam declarados quais são, de fato, as limitações civis a que está exposta o curatelado.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3ª Procuradoria de Justiça

A interdição deverá ser declarada por sentença, devendo constar, no edital de publicação, os limites da curatela – respeitados o estado e desenvolvimento mental do interdito, as suas potencialidades e habilidades - e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, ex vi do artigo 755 do CPC:

Art. 755. Na sentença que decretar a interdição, o juiz:

I - nomeará curador, que poderá ser o requerente da interdição, e fixará os limites da curatela, segundo o estado e o desenvolvimento mental do interdito;

II - considerará as características pessoais do interdito, observando suas potencialidades, habilidades, vontades e preferências.

§ 1º A curatela deve ser atribuída a quem melhor possa atender aos interesses do curatelado.

§ 2º Havendo, ao tempo da interdição, pessoa incapaz sob a guarda e a responsabilidade do interdito, o juiz atribuirá a curatela a quem melhor puder atender aos interesses do interdito e do incapaz.

§ 3º A sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente.

Ao ver desta 3ª Procuradoria de Justiça, inexistindo sentença declaratória da incapacidade da Apelada, não é possível acatar a tese da ilegitimidade ativa.

Convém registrar, ainda, que a Recorrida foi ouvida em Juízo, no processo que se examina, tendo demonstrado correta articulação do raciocínio, aparentando possuir capacidade de reger-se atualmente, nos atos da vida civil.

Portanto, correto o julgador ao rejeitar a preliminar suscitada.

Por fim, quanto à alegação de que o pagamento da indenização deve resguardar direito de possíveis herdeiros, trata-se de argumento irrelevante para fins de pagamento do seguro sendo indispensável, apenas, que haja prova, nos autos, da condição de herdeira da requerente, que é filha do falecido, conforme devidamente atestado.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3ª Procuradoria de Justiça

Registre-se, conforme destacou o Juízo na decisão de saneamento, datada de 23/0519, que *“nada impede que futuramente apareça um novo herdeiro/beneficiário, este poderá voltar-se contra quem recebeu o valor do seguro”*

Assim, forte em tais argumentos, manifesta-se o Ministério Público pelo **CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO** do recurso.

É o parecer.

Aracaju, 23 de janeiro de 2020.

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Procuradora de Justiça